



## LUTA DE CLASSES NO BRASIL E A OFENSIVA BURGUESA EM TEMPOS DE GOLPES NA AMÉRICA LATINA

**Laurinete Silva\***

<https://orcid.org/0000-0002-2973-7220>

**Luciana Cantalice\*\***

<https://orcid.org/0000-0003-1935-8179>

**Tatiana Brettas\*\*\***

<https://orcid.org/0000-0003-0300-8254>

**Tháísa Closs\*\*\*\***

<https://orcid.org/0000-0003-2602-883X>

---

\* Assistente Social. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, Fortaleza, Brasil). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERR, Roraima, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da Temporalis. E-mail: laurinetesilva@gmail.com.

\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da Temporalis. E-mail: lucianabocantalice@gmail.com.

\*\*\* Assistente Social e Economista. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora do Departamento de Políticas Sociais e Serviço Social Aplicado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Líder do Laboratório de estudos Capitalismo dependente e questão social no Brasil (Lecad). Integrante do Comitê Editorial da Temporalis. E-mail: tatiana.brettas@gmail.com.

\*\*\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da Temporalis. E-mail: thaisacloss@hotmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p6-16



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

O Golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff (2014-2016) ainda reverbera na atual conjuntura. Nesse sentido, analisar a luta de classes e a ofensiva burguesa em vigência no Brasil nos exige a leitura de fenômenos sociais determinantes para o fomento das condições socio-históricas para o referido Golpe. A nosso ver, quais sejam: os impactos da crise orgânica do capital sobre a economia brasileira; o aumento da desigualdade social, do desemprego e da inflação; o desgaste do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff com o fim de um ciclo da política de conciliação de classes; o esvaziamento da base de apoio daquele governo com o abandono dos partidos políticos de centro — que passam a conjecturar em torno de alianças com forças de direita e de extrema direita reaglutinadas com vistas a pôr fim à sucessão dos governos petistas de coalização e encaminhar o recrudescimento das políticas neoliberais; e as próprias jornadas de junho de 2013.

Esta realidade articula-se a tendências postas no continente: um novo ciclo de golpes nas frágeis democracias dos países latino-americanos, operados pelas classes dominantes nacionais em articulação com os interesses dos grandes capitais, produzidos via mobilização midiática e com a chancela dos poderes legislativo e/ou judiciário. Golpes que representam tanto os limites do ciclo dos governos progressistas no continente — no que diz respeito à incapacidade de produzirem alterações substantivas nos padrões históricos de dependência e desigualdades —, como também as marcas autoritárias e antidemocráticas das burguesias latino-americanas, dos latifundiários e das burguesias imperialistas.

São exemplos da guinada conservadora no continente a prisão de Manuel Zelaya em 2009, presidente de Honduras, após decisão da suprema corte; o impeachment do presidente Fernando Lugo em 2012, aprovado na Câmara de Deputados do Paraguai; a “renúncia” em 2019 de Evo Morales à presidência da Bolívia, após “convite” das Forças Armadas ao mandatário para que abandonasse o poder diante das tensões sociais crescentes decorrentes do chamamento de novas eleições; duas tentativas de impeachment contra Pedro Castillo, presidente do Peru, neste ano, dentre outras. Esse ciclo impulsionou a ascensão de governos de direita na América Latina como a ascensão de Mauricio Macri na Argentina, Sebastián Piñera no Chile, Iván Duque na Colômbia e Jair Bolsonaro no Brasil, cujas políticas macroeconômicas e ataques aos frágeis sistemas de proteção social incidiram na ampliação de desigualdades e na precarização das condições de vida da população.

Este avanço do conservadorismo, ao intensificar a luta de classes, contribuiu, contraditoriamente para alimentar o desencanto com a pretensa “nova” direita, bem como a rearticulação de movimentos e forças progressistas em diversos países do continente. Merecem destaques, nesse sentido, a ampla mobilização e ondas de protestos por direitos sociais no Chile, impulsionado a vitória de Gabriel Boric, bem como as lutas das mulheres com a onda feminista iniciada com o Ni Una a Menos na defesa do aborto legal.

A apropriação dessas tendências em curso é de extrema importância para se pensar os rumos que tomou a história não só do País, mas a dinâmica das lutas de classe na América Latina e da própria questão social nessas intensas primeiras duas décadas do século XXI, cabendo destacar que se trata da região mais desigual do mundo em termos de renda per

capita, marcada pela extrema concentração de riqueza, terra, renda e poder, na qual os 10% mais pobres do continente têm um nível de renda tão baixo que corresponde à ínfima fração de 1,3% do total do continente, sendo que os 10% com renda mais alta da América Latina ficam com 37% do total (OXFAM, 2016).

No Brasil, após o referido golpe, o governo provisório de Michel Temer (2016-2018) implementou o programa de recrudescimento neoliberal, encaminhando o Projeto de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (PEC 55/2016), cuja promulgação pelo Congresso Nacional ocorreu no mesmo ano, transformando-se na Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os gastos primários. Seguindo no mesmo sentido, foram aprovadas a Lei nº 13.429/2017 e a Lei nº 13.467/2017 que regulamentaram a flexibilização no mercado de trabalho. A primeira refere-se às terceirizações irrestritas (inclusive às atividades-fim e o trabalho temporário) e a segunda implementou uma reforma trabalhista que acentuou o desmonte de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Em meio ao ascenso de um bloco social de extrema direita, da chancela de um movimento antipetista e de várias táticas de manipulação eleitoral — em especial, as *Fake News* — ocorreram as eleições presidenciais em 2018, culminando com a vitória da chapa Bolsonaro-Mourão. Instituiu-se, assim, um governo reacionário, negacionista, racista, misógino, LGBTQIAP+fóbico, antidemocrático, contrário aos interesses da classe trabalhadora, com mediações fascistas e nitidamente com intenções golpistas. O mesmo operou um retrocesso exponencial no tocante aos direitos sociais e às pautas progressistas, considerando as contrarreformas (Previdência Social), a política de privatizações (em especial a Eletrobras), o desmantelamento de equipamentos públicos referentes aos direitos das mulheres, dos negros e negras, dos e das indígenas e das pessoas LGBTQIAP+.

O trato governamental frente à pandemia da COVID-19 assumiu traços de um genocídio, visto que as 671 mil mortes no Brasil registradas até o mês de junho de 2022 confirmam o País como aquele com o maior número de óbitos em toda a América Latina e Caribe. Em relação ao mundo, os dados apontam que só há registro de maior contaminação letal na Rússia (806 mil) e nos Estados Unidos (1 milhão) (REUTERS, 2022). No Brasil, essas mortes ocorreram em meio ao descaso do governo federal, considerando a gravidade da pandemia, a negação da ciência e a morosidade em viabilizar a vacinação.

A bem da verdade, o governo Bolsonaro-Mourão possui estatísticas que apontam para o seu caráter reacionário: projeção de inflação de 6,6% em 2022 (IPEA, 2022); comprometimento do salário mínimo de 61% com apenas a Cesta Básica (DIEESE, 2022); retorno do Brasil ao Mapa Mundial da Fome (FAO/ONU); sucessivos escândalos de corrupção (negociações escusas no Ministério da Educação, compra das vacinas, interferências na Polícia Federal, cartão corporativo); e ainda 56% de desaprovação (DATAFOLHA, 2022).

Cabe destaque ao aumento da violência na região Norte do País. Dados levantados e sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no relatório *Conflitos no Campo Brasil 2021* foram divulgados pelo *Brasil de Fato* em abril de 2022. A matéria, assinada por Pajolla e Lacerda (2022), evidencia que a Amazônia brasileira concentrou 52% dos conflitos pela terra no País em 2021. A intensificação destes conflitos no último ano resultou em um

aumento de 1000% no número de mortes resultantes dessas disputas quando comparadas com o ano anterior. Não é à toa que este território concentra 78% dos desmatamentos ilegais e 82% das grilagens que acontecem no Brasil, assim como a maior parte (63%) das contaminações por agrotóxico.

Estes dados expressam os violentos processos de expropriação e de ataques ao meio ambiente em terras ancestrais conduzidos pelos interesses do grande capital em suas diversas áreas de atuação: o agronegócio, a prática da extração ilegal de madeira e de garimpo do ouro, como também a pesca ilegal. Práticas defendidas abertamente por Bolsonaro e favorecidas pelo ex-ministro do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e sua base de apoio. Conflitos historicamente denunciados e escancarados ao mundo mediante o assassinato cruel do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, militantes dedicados à luta em defesa da Amazônia e dos povos indígenas que ali habitam.

Esses acontecimentos têm contribuído para promover um desgaste do atual governo federal que abre espaço para o enfraquecimento das forças de extrema direita. As pesquisas acerca das eleições presidenciais mostram em junho de 2022 a preferência de 47% do eleitorado pelo pré-candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, enquanto o segundo colocado, Bolsonaro, possui 28% desta preferência (DATAFOLHA, 27/06/2022). Ainda assim, é preciso atenção para não subestimar o peso dos setores alinhados com o bolsonarismo. Para Arcary (2022)

[...] seria ingênuo e superficial, considerando a perspectiva de uma polarização eleitoral entre a esquerda e a extrema direita, apostar que um futuro governo Lula, se vencer as eleições, ainda que moderadamente reformista, não terá que medir forças com um bolsonarismo radicalizado com implantação nas polícias e nas Forças Armadas. O conflito será inevitável. A fração burguesa que apoia Bolsonaro não se impressiona com coalizões eleitorais “tranquilizadoras” para o “mercado” em 2022, seja qual for a candidatura à vice-presidência. A extrema direita, em especial sua ala neofascista, não acata nada. Seus limites são aqueles determinados pela relação social e política de forças. A história já demonstrou que um regime não é democrático porque admite eleições. A questão decisiva é saber se a classe dominante está ou não disposta a respeitar as liberdades democráticas, e até as próprias regras legais de acesso ao poder, quando descobrem seus interesses ameaçados. (ARCARY, 2022).

A perda de fôlego dessa onda conservadora, entretanto, não ocorre apenas no Brasil. Em alguns países da América Latina é possível observar não apenas o enfraquecimento das coalizões conservadoras, como também a vitória de candidaturas alinhadas a projetos de esquerda. É o caso das últimas eleições presidenciais na Colômbia, em junho de 2022, na Argentina, Chile e Peru em 2021 e na Bolívia em 2020. Estes resultados expressam o descontentamento presente nesses países com os governos conservadores anteriores, o que já vinha impulsionando um ascenso de protestos dirigidos pela classe trabalhadora.

Esse é o solo histórico que incide em um conjunto de exigências sociais para o Serviço Social nessa conjuntura, visto que essa profissão resulta das relações sociais, na verdade, é parte e expressão delas (IAMAMOTO, 2007). É no jogo tenso da luta de classes e da relação

dessas com o Estado que se encontra o significado socio-histórico da profissão e que se inscreve o seu sentido e inteligibilidade.

Nessa perspectiva, o número 43 da Revista Temporalis, ao propor a interlocução entre a luta de classes, a ofensiva burguesa e os golpes na América Latina, objetiva subsidiar as análises da categoria de assistentes sociais acerca da realidade atual, de suas determinações mais universais, dos impactos nas políticas sociais e das requisições postas à profissão, considerando a apreensão crítica das transformações socio-históricas que imprimem novas determinações na (re)produção ampliada da questão social, tanto em seus elementos fundantes, como em suas expressões. Ou seja, visa também possibilitar o debate sobre a dinâmica concreta da nova ofensiva burguesa que se espalhou após o supramencionado golpe de 2016, suas consequências imediatas e mediadas para classe trabalhadora e para a configuração do Estado, identificando os desafios postos ao Serviço Social e viabilizando a construção de respostas profissionais nos termos do Projeto Ético-político profissional.

Cabe a essa altura destacar que essa nova ofensiva burguesa, embora resguarde particularidades no que se refere à realidade brasileira, se inscreve em uma dinâmica muito maior, aquela que se sustenta no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (TROTSKY, 1967) e que, portanto, firma conexões entre os países e, notadamente, aqueles que fazem parte da América Latina. Pensar a realidade brasileira exige de nós uma leitura mais ampla, que situa o País em um continente, no qual o capital financeiro internacional abre espaço para o avanço da extrema direita com consequências cada vez mais destrutivas para a classe trabalhadora (ABRAMIDES, 2019).

Segundo Ianni (1987) na América Latina há um debate latente e recorrente todas as vezes que se passa a pensar os temas clássicos que permeiam a formação das nações latino-americanas, que é a questão nacional, ou melhor, uma questão nacional em aberto, a qual se refere à ausência de um Projeto Soberano de Nação nesses países, posto que este não resulta da vontade singular dos sujeitos, mas das condições concretas nas quais estes se inserem na dinâmica do capitalismo internacional.

Os padrões de dominação externa aos quais foram submetidos os países latino-americanos tiveram mediações que permanecem vivas até os dias atuais. Fernandes (2012) sinaliza que a maioria dos países de origem colonial experienciou um desenvolvimento capitalista dependente que não se deu nos termos de

[...] um desenvolvimento agrícola entrosado com o desenvolvimento urbano interno e poucos conseguiram um patamar de desenvolvimento industrial capaz de alimentar a formação de um proletariado industrial relativamente denso. Como consequência, não conheceram as reformas típicas da revolução burguesa, descrita por muitos historiadores como revolução agrícola, revolução urbana, revolução industrial, revolução nacional e revolução democrática. (FERNANDES, 2005, p. 18).

No caso do Brasil, a dinâmica que alçou a burguesia à força hegemônica na classe dominante, marcada pela inserção subordinada no mercado mundial e às profundas desigualdades decorrentes deste processo, acentuam o caráter autocrático e conservador

das estruturas de poder. Adepta dos “acordos pelo alto”, pactuados entre frações da classe dominante, esteve sempre conectada aos interesses imperialistas e à articulação de uma “contrarrevolução permanente” (IANNI, 1992) — subsumindo a participação popular.

Não é difícil constatar que a burguesia consolidada no Brasil possui uma aversão literal à participação popular, o que lhe imprime uma natureza fundamentalmente **antinacional, antirreformista, antidemocrática e antissocial**, novamente explicitada, de maneira praticamente despudorada, na atual crise brasileira e, em particular, no “processo arquitetônico” do Golpe de Estado em curso. (MEDEIROS *et al.*, 2019, pp. 185-186, grifo do autor).

A atualidade dessas formulações se justifica quando é observada na atual conjuntura a radicalização dessas determinações estruturais da formação social, econômica, política e cultural, em particular, do Brasil, assim como dos demais países da América Latina que se inscrevem em condições socio-históricas similares.

Ainda, dentre os traços da formação socioeconômica do Brasil, cabe o destaque ao conservadorismo, visto que ele se reatualiza fortemente nos dias de hoje. Nessa direção, toma-se o pressuposto de que essa ideologia burguesa avança em períodos de crise como estratégia para conservação da dominação capitalista, tendo em vista que esta conjuntura evidencia e acirra as contradições fundamentais do capitalismo (COUTINHO, 2010).

Conforme Lukács (2003) e Mészáros (2010), a burguesia precisa desqualificar a ideologia que instrumentaliza os e as trabalhadoras na direção da tomada de consciência da tarefa revolucionária da classe, posto que ela se sustenta em categorias fundamentais para o reconhecimento e o enfrentamento dos processos de exploração/dominação/opressão, vividos em função dos interesses da classe dominante.

Portanto, o conservadorismo burguês funciona como um filtro que oblitera a apreensão da totalidade social e, conseqüentemente, das mediações que atuam na afirmação de valores burgueses como se esses fossem universais.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações “racionalis” preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade. (MÉSZÁROS, 2010, p. 58).

No Brasil essa realidade se ratifica quando observados os marcos da modernização da produção e do Estado, que se processa enquanto uma “modernização conservadora”. É uma atualização dos processos, mas sem transformações estruturais. É um modernizar conservando os interesses fundamentais da burguesia e das antigas classes dominantes.

Conforme Marx e Engels (1998) a história de todas as sociedades é a história da luta de classes, isto é, da luta entre as classes fundamentais e antagônicas. No caso da sociedade

moderna, a luta entre a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, acerca da luta de classes no Brasil, por um lado, afirmam-se as frações da burguesia com o intuito de, por um viés autoritário, consolidar o desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas. De outro lado, está a classe trabalhadora que, destituída da posse dos meios de produção, possui apenas a venda força de trabalho como meio de sua sobrevivência. Nessa medida, firma-se uma sociedade cujas relações de produção social são pautadas na exploração da força de trabalho e na reprodução dos mecanismos da alienação. A base angular é uma produção coletiva e uma apropriação da riqueza socialmente produzida cada vez mais privada, de modo que temos a afirmação do fenômeno do pauperismo de um lado e a constituição de uma oligarquia financeira de outro. Nos dias de hoje, essas relações são reguladas pelo Estado, cuja direção se inscreve nos limites de políticas macroeconômicas neoliberais e de políticas sociais financeirizadas, que ratificam o histórico processo de desigualdades sociais.

Sob a lógica do recrudescimento do neoliberalismo frente às necessidades do capital financeiro e diante da busca de se manter o controle do governo federal e do Congresso Nacional, a burguesia realinha-se, oferecendo um movimento exasperado de extrema direita e com mediações neofascistas.

Destarte, essas tendências históricas mostram a magnitude dos desafios postos à classe trabalhadora, sobretudo, em um Brasil onde a democracia é frágil e os golpes recorrentes. Portanto, o autoritarismo é um traço ratificado pela arquitetura do golpe de 2016 e ventilado pela extrema direita nas eleições presidenciais de outubro de 2022.

À luz desses aspectos, a construção desta edição da revista *Temporalis* visou fomentar o debate sobre diferentes aspectos que atravessam a conjuntura do Brasil e da América Latina. Esse volume congrega artigos que privilegiam diferentes temas essenciais para uma análise crítica dos processos históricos em curso, com destaque para os impactos do neoliberalismo, da dependência, do conservadorismo e da democracia restrita na (re)produção ampliada de desigualdades no continente, como também a ênfase para as políticas de Seguridade Social e as lutas sociais da classe trabalhadora, considerando sua diversidade e dimensões étnico-raciais.

Na construção desse volume, além do recebimento de submissões no fluxo regular da revista, o comitê editorial contou com a participação de convidados/as com acúmulo teórico na área temática em debate, destacando-se também a participação de intelectuais negras e indígenas, na perspectiva de fortalecimento do debate das relações étnico-raciais, como política editorial adotada a partir de construção conjunta com a gestão *Aqui se Respira Luta!*

A seção temática da edição n. 43, composta por 11 artigos, apresenta, em sua abertura, o artigo intitulado “*Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016*”, de autoria de Márcia Pereira da Silva Cassin. O mesmo examina os processos políticos e econômicos que conduziram à implementação do ultraneoliberalismo no Brasil, bem como o aprofundamento da dependência, da expropriação dos direitos e da superexploração da força de trabalho. Analisa, também, o estabelecimento das bases “novo regime fiscal”, e o aprofundamento deste projeto no governo Bolsonaro.

Na sequência, Rejane Carolina Hoeverler e João Victor de Oliveira Cardoso, no artigo “*Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana*”, analisam o sentido da simbiose política, ideológica e cultural entre movimentos conservadores e neoliberais na América Latina nos últimos 15 anos, bem como os impactos desse enlace no quadro das políticas sociais. Discutem os contornos mais radicais do conservadorismo, a aproximação das direitas liberais tradicionais das pautas conservadoras, considerando as consequências desses processos nas políticas sociais através do familismo e do reforço do desmantelamento de projetos de assistência social universal.

Após, a revista reúne artigos que se dedicam a análises referentes aos impactos da conjuntura sociopolítica atual no âmbito das políticas de Seguridade Social. O primeiro artigo “*A face abstrusa da Previdência Social lapidada pela ofensiva ultraneoliberal*”, de autoria da pesquisadora convidada Maria Lucia Lopes da Silva, debate algumas das contradições que permeiam essa política social essencial à classe trabalhadora, que vem sendo alvo de constantes ofensivas por parte dos capitais que nela buscam um nicho de acumulação. Nesse quadro, analisa a configuração colidente da Previdência Social que, ao mesmo tempo que anuncia o direito, limita o seu acesso; que se moderniza preservando o arcaico, priorizado o atendimento mediado por tecnologias em contraste com as condições socioeconômicas da população que necessita de proteção e não tem acesso às mesmas.

O segundo artigo, intitulado “*A ofensiva do capital e a necessária defesa da saúde pública e estatal*”, elaborado pela pesquisadora convidada Maria Valéria Correa, tem como foco central a discussão da incompatibilidade da consolidação do SUS enquanto sistema público e universal com a sua relação com o setor privado de natureza mercantil. Problematisa a apropriação do fundo público pelo setor privado, especialmente no período neoliberal e no pós-golpe de 2016, com destaque para a atuação de entidades representativas do setor empresarial da saúde. Enfatiza o necessário o fortalecimento das posições originárias do movimento da reforma sanitária nos anos 1980 de antagonismo à mercantilização da saúde e de defesa de sua estatização.

O terceiro artigo “*(Des) financiamento da assistência social no Brasil em tempos de agudização da pobreza*” — desenvolvido por Nailsa Maria Souza, Gislayne Rocha de Santana Araújo, Tatiane Leal Dantas e Weslany Thaise Lins Prudêncio —, aborda os impactos da conjuntura atual na concretização das políticas de enfrentamento à pobreza no País, considerando a força ideológica da ofensiva burguesa que amplia de forma exacerbada a exploração e dominação das classes trabalhadoras, juntamente com a retração do financiamento e apropriação privada do fundo público. Discute, também, o desmonte das políticas públicas, que se expressa nos cortes de investimentos nas áreas sociais, incidindo no agravamento dos índices de pobreza.

Na sequência, o texto de Leonardo Carnut e Cristiano Gil Regis, intitulado “*Ofensiva burguesa em tempos de golpe: o ‘marxismo cultural’ na educação brasileira*”, aborda o papel do ‘marxismo cultural’ enquanto uma das ofensivas realizadas pela burguesia no golpe de 2016, acionada com o intuito de desqualificação da educação brasileira. Problematisa tal ofensiva como uma tática política da extrema direita nada muito original, destacando o



papel da esquerda no desvendamento do caráter reacionário deste termo na perspectiva da defesa do direito à educação pública.

O artigo *“Classes trabalhadoras latino-americanas: um debate sobre seus fundamentos no capitalismo dependente”*, elaborado pela pesquisadora convidada Beatriz Augusto de Paiva em coautoria com Dilceane Carraro e Davi Antunes da Luz, problematiza as classes sociais na perspectiva histórico-estrutural, considerando a conformação das mesmas como constructo humano, proveniente do metabolismo entre natureza, produção social e satisfação das necessidades. Analisa as classes trabalhadoras latino-americanas a partir dos traços históricos que determinam a realização do valor na América Latina, tais como o racismo, a superexploração e a vigência deste debate na práxis política emancipadora dos trabalhadores no terreno das lutas sociais.

O texto de Douglas Ribeiro Barboza, intitulado *“O formalismo da democracia e o estabelecimento liberal das “regras do jogo”*”, analisa as tendências históricas do pensamento político e teórico de liberais do século XX na construção de estratégias de limitação da “democracia de massa” e do problema da cidadania. Debate as formulações como de Stuart Mill e outras formulações dos elitistas e das teorias minimalistas que irão contribuir ideologicamente para consolidar a refuncionalização da democracia a serviço da conservação da ordem capitalista.

Na sequência, destacam-se três artigos que tratam da temática alvo desta edição a partir do debate das dimensões étnico-raciais. O primeiro, *“Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital”* escrito pela convidada Josiane Soares Santos em coautoria com Everton Melo da Silva e Mylena da Silva, desenvolve debate acerca do racismo ambiental pela ótica da crítica da economia política, dos impactos destrutivos da crise estrutural do sistema capitalista na natureza e nas diferentes frações da classe trabalhadora. A temática é discutida pela perspectiva de que os danos socioambientais incidem de forma desigual entre países centrais e periféricos, enfatizando ainda que o racismo ambiental na realidade brasileira evidencia a estreita relação entre “questão social” e “questão ambiental”.

O texto da convidada Elizângela Cardoso de Araújo Silva Pankararu, intitulado *“Trabalho, Expropriação, Povos Indígenas No Brasil E A Lógica Do Capital”*, aborda — a partir da pesquisa e de experiência profissional junto ao povo Pankararu, do sertão de Pernambuco — a análise da expropriação do capital na história brasileira, considerando os impactos na vida indígena e nas suas condições de trabalho em face da expansão das cidades sobre seus territórios. Portanto, debate a questão indígena a partir da histórica resistência à expropriação da terra e do trabalho no desenvolvimento capitalista, marcado pelo agronegócio, pelas investidas do patronato rural, do latifúndio e dos megaprojetos que acarretam impactos ambientais destrutivos nos ecossistemas e nos grupos étnicos.

Em *“Lutas de classe e resistências dos povos negros e indígenas no RN”*, as autoras Janaiky Pereira de Almeida, Daniela Neves, Caroline Tertulino da Silva e Anna Clarice Assunção Ribeiro abordam as lutas da classe trabalhadora no Brasil em sua diversidade, analisando as relações sociais que perpassam o racismo, patriarcado e capitalismo na formação social brasileira. Enfatizam que as lutas e resistências dos povos negros e indígenas são uma das

bases históricas para a compreensão da organização política da classe trabalhadora na atualidade, tratando, dessa forma, das lutas de povos negros e indígenas no Rio Grande Norte, com vistas à superação da invisibilidade destes povos na historiografia oficial desse estado.

No fechamento da seção temática, apresentamos entrevista realizada com a militante e historiadora Anita Leocádia Prestes, a qual aborda temas como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a ditadura empresarial-militar e a luta por Memória, Verdade e Justiça no Brasil. Também realiza análise do fascismo, discutindo a pertinência do uso desta caracterização para abordar não apenas o momento atual, como também outras passagens de nossa formação econômico-social.

A edição também conta com dois artigos que integram a seção de temas livres. O primeiro, de autoria de Rosana Mirales, intitulado “*A dinâmica da pesquisa sobre ética e serviço social*”, enfoca elementos socio-históricos da pesquisa e da produção do conhecimento em temas relacionados aos conteúdos do Código de Ética do/a assistente social. Analisa o adensamento do tema proporcionado pela aproximação do Serviço Social com a obra Lukács, enfatizando que o debate sobre ética e Serviço Social proporciona o aprofundamento da análise da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, fortalecendo o projeto profissional diante da adversidade posta na dinâmica societária.

O segundo, “*Mulheres avá-guarani na universidade: percursos de resistência na educação superior*”, das autoras Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira e Wagner Roberto do Amaral, é resultado de estudo mestrado de uma pesquisadora Kaingang em coautoria com um pesquisador não indígena, trazendo reflexões sobre as experiências de mulher, mãe e pesquisadora, dialogando com vivências das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior, no processo de resistência política no espaço da universidade. O debate originou-se de incursões junto aos *tekohás* na região Oeste do Paraná, enfatizando que as mulheres Ava-Guarani destes territórios passam a ocupar diferentes espaços, transformando-os em territórios de luta.

Esperamos que essa mais nova edição da *Temporalis* contribua para alimentar o debate e análise totalizante sobre a realidade societária contemporânea, fornecendo as “armas da crítica” no fortalecimento das lutas e resistências sociais em defesa da democracia, da reversão das tendências de destruição de direitos, em um ano decisivo em termos de novos rumos políticos e sociais para o Brasil, na rearticulação de forças progressistas em nosso continente latino-americano que pulsa resistência e diversidade. Convidamos todas(os) aos estudos e debates!

## Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ARCARY, Valério. **Não aprendemos nada com o golpe?** Não paginado. Disponível em: [www.esquerdaonline.com.br](http://www.esquerdaonline.com.br). Acesso em: 01 jul. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DATAFOLHA. [www.datafolha.folha.uol.com.br](http://www.datafolha.folha.uol.com.br). Acesso em: 01 jul. 2022.

DIEESE. Disponível em: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). Acesso em: 01 jul. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. **A questão nacional na América Latina**. In: SIMPÓSIO INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AMÉRICA LATINA, [Realização Instituto de Estudos Avançados], Universidade de São Paulo, São Paulo 24-25 jun. 1987.

IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso: 01 jul. 2022.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e Consciência de classes**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MEDEIROS, Evelyne et al. Realidade Brasileira e Serviço Social: formação e trabalho profissional em debate. In: MEDEIROS, Evelyne et al. (Org.). **Formação social e Serviço Social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OXFAM. **Privilégios que negam direitos**: desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe. 2016. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/publicacao/privilegios-que-negam-direitos/>

PAJOLLA, Murilo; LACERDA, Nara. Amazônia responde por 97% das áreas de conflito por terras no Brasil, aponta CPT. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 abr. 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/18/amazonia-responde-por-97-das-areas-de-conflito-por-terras-no-brasil-aponta-cpt>. Acesso em: 28 jun. 2022.

REUTERS. COVID-19. Disponível em: [www.grafics.reuters.com](http://www.grafics.reuters.com). Acesso em 01 jul. 2022.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967. v. 1.